

**Nota sobre a publicação da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto,
e da Lei n.º 59/2019, de 8 de agosto**

A Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados¹ (doravante designado abreviadamente por “**RGPD**”), sendo aplicável aos tratamentos de dados pessoais realizados no território nacional, independentemente da natureza pública ou privada do responsável pelo tratamento ou do subcontratante, mesmo que o tratamento de dados pessoais seja efetuado em cumprimento de obrigações legais ou no âmbito da prossecução de missões de interesse público, aplicando-se todas as exclusões previstas no artigo 2.º do RGPD, bem como aos tratamentos de dados pessoais realizados fora do território nacional quando se verifique o preenchimento de determinados requisitos.

Através da Lei n.º 59/2019, de 8 de agosto, são aprovadas as regras relativas ao tratamento de dados pessoais para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais, transpondo-se a Diretiva (UE) n.º 2016/680 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016².

A Lei n.º 58/2019, de 8 de Agosto pode ser consultada em:

<https://dre.pt/application/file/a/123813850>.

A Lei n.º 59/2019, de 8 de Agosto pode ser consultada em:

<https://dre.pt/application/file/a/123813851>.

¹ Documento disponível em

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016R0679&from=PT>

² Documento disponível em

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016L0680&from=PT>